



ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA RIBEIRINHA - 2023

-----Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas teve lugar no edifício sede da Junta de freguesia da Ribeirinha, sito à Rua da Igreja, número duzentos e vinte e sete, a terceira sessão ordinária da Assembleia da Freguesia da Ribeirinha, presidida por João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, secretariado por Ângela de Fátima Pereira Borges Pires, na qualidade de 2ª Secretária. -----

Procedeu-se à chamada dos membros eleitos presentes, a saber: -----

Pelo grupo do partido social democrata: -----

-----João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima -----

-----Ângela de Fátima Pereira Borges Pires-----

-----Rui Daniel Lourenço Parreira Miranda-----

-----Marília de Fátima Meneses Soares Luís-----

-----António Eduardo Costa Gonçalves-----

Pelo grupo do partido socialista: -----

-----José Élio Valadão Ventura-----

-----Emiliana Pires Gaspar-----

-----Francisco Pontes Luís de Melo-----

-----António Gonçalves Toste Parreira-----

Pela Junta de Freguesia da Ribeirinha:-----

-----Alberto Gonçalves de Melo-----

-----Helena do Carmo Ferreira Freitas Toste-----

-----João Davide Pires Leal-----

-----Foram apresentados por Ana Maria Gomes Codorniz Costa, Diliansa Parreira Pacheco, Osvaldo Manuel Diniz de Lima, Marta Maria Vitória Baião Ventura, Vanessa Ventura Vieira, do partido social democrata, pedidos de substituição, enquanto membros da Assembleia de Freguesia da Ribeirinha, por motivo de ausência inferior a 30 dias, nos termos do previsto no artigo 78º da lei 169/99, de 16 de Setembro, na redação última da lei nº 69/2021, de 20 de outubro.-----

-----No lugar destes últimos compareceu António Eduardo Costa Gonçalves, na qualidade de cidadão posicionado imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, tendo sido verificada a sua identidade, pelo Presidente da Assembleia, em conformidade com o artigo 78º conjugado com



o artigo 79º da Lei n.º 169/99 de 16 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----O Presidente da Assembleia de Freguesia propôs à Assembleia que a função de primeira secretaria fosse desempenhada por Ângela Pires e de segundo-secretário pelo elemento Rui Miranda. Não havendo nada a opor pelos presentes, o Presidente da Assembleia prosseguiu com a sessão.-----

-----**Período antes da ordem do dia**-----

-----O Presidente da Assembleia deu continuidade à sessão informando que a Ata da Assembleia de Freguesia da primeira sessão ordinária de 2023, não aprovada na última reunião, seria agora levada de novo a votação. Tendo sido esta retificada e remetida por *email* a todos os elementos da Assembleia. Referiu que, a partir da presente data, as Atas sujeitas a votação serão facultadas a todos os elementos da Assembleia devidamente assinadas e rubricadas pelo Presidente e secretário da Assembleia. Não tendo havido qualquer objecção ao teor da Ata em causa, esta foi aprovada por unanimidade.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia informou que seria levada a votação a Ata da segunda sessão ordinária, realizada no dia 21 de junho. Referiu que a mesma foi enviada, via *email*, a todos os elementos da Assembleia, realçando que esta se encontrava assinada apenas pela sua pessoa, dado a Secretaria estar ausente da ilha. O Presidente da Assembleia comprometeu-se que, assim que fosse possível obter a assinatura da primeira secretária, facultaria a Ata ao Executivo da Junta de Freguesia (caso esta fosse aprovada), a fim de ser colocada no *site* da mesma. Logo de seguida, o Presidente da Assembleia levou a votação a Ata da segunda sessão ordinária de 2023, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----Relativamente às Atas, José Élio Ventura tomou da palavra questionando o Presidente da Assembleia sobre qual a sua posição e entendimento relativamente ao facto de ser possível a leitura e correção das Atas no próprio decorrer das Assembleias, pois tal é o habitual noutras organizações e coletividades. Referiu que poderá haver um desencontro de entendimentos e, assim, pede esclarecimento ao Presidente da Assembleia relativamente a esta matéria.-----

-----O Presidente da Assembleia respondeu assegurando que não toma decisões sozinho. Referiu que as Atas são disponibilizadas antecipadamente, via *email*, a todos os elementos da Assembleia, que aqueles que assim entenderem podem apresentar sugestões de correção e que estas são tidas em conta. Acrescentou que esta forma de funcionamento é uma maneira de não se consumir

tempo de Assembleia que poderá ser utilizado para a discussão de outros assuntos prementes para a freguesia.-----

-----O Presidente da Assembleia referiu que a correspondência expedida por este órgão, desde a última reunião, foi a convocatória para a presente Assembleia, solicitando a dispensa da sua leitura, uma vez que esta é do conhecimento de todos os membros da Assembleia. No que concerne à correspondência recebida há a registar a receção de dois convites: um endereçado à pessoa do Presidente da Assembleia, pelo Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, para a inauguração da beneficiação da Canada do Quinhão Grande. Justificou a sua ausência neste evento pelo facto do mesmo se realizar no seu horário laboral; o outro convite foi endereçado a todos os elementos da Assembleia de Freguesia, pelos deputados do partido socialista Célia Pereira e José Manuel Ávila, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e Conselheiros Regionais Locais da União Europeia, para participar no debate sobre “Desenvolvimento Rural – Convergir no Desenvolvimento”. Solicitou, posteriormente, ao secretário Rui Miranda que procedesse à leitura dos convites atrás enunciados, bem como da convocatória para a reunião da Assembleia Geral da ANAFRE.-----

-----Posto isto, o Presidente da Mesa deixou à consideração dos membros da Assembleia a possibilidade de questionarem o Executivo sobre eventuais questões relacionadas com a administração direta deste órgão de freguesia. Destacou que seria este o momento, de cada elemento da Assembleia, que assim o desejasse, questionar aquele órgão sobre os assuntos que quisesse ver abordados, de modo que quando se estivesse na ordem de trabalhos pudessem ser, efetivamente, debatidos os temas constantes da mesma. Não havendo inscrições para intervenção, passou-se, então, para o período da ordem do dia.-----

-----**Período da ordem do dia**-----

Ponto Um - Atividade da Junta de Freguesia relativa ao período de 09 de junho a 07 de setembro de 2023.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, Alberto Melo. Este último iniciou a sua intervenção fazendo uma explicação do relatório das atividades da Junta, no período acima mencionado, conforme documento antecipadamente enviado a todos os membros da Assembleia de Freguesia. O Presidente da Junta destacou deste documento o seguinte: a existência de 6 funcionários que colaboram com a autarquia da Ribeirinha, o apoio à elaboração de candidaturas à habitação degradada, a limpeza e manutenção de espaços verdes, a requalificação dos muros da Ladeira Grande, a requalificação do Miradouro do Rapeiro e arranjos



em algumas ruas da freguesia. No respeitante à informação financeira referiu que o saldo bancário, da Junta de Freguesia, a 7 de setembro de 2023 era de trinta mil cento e cinquenta e nove euros e noventa e um cêntimos e que não existem dívidas bancárias.-----

-----Relativamente ao ponto do relatório de atividades que refere que a Junta preenche os documentos de IRS aos residentes que solicitam este tipo de ajuda, José Élio Ventura tomando da palavra questionou quem o faz e como. Perguntou ainda se previamente são validadas as faturas de educação, formação, saúde, restauração às pessoas ou se estas são chamadas à atenção para essa necessidade. Alerta que se os cidadãos da Ribeirinha procuram este tipo de serviço, a Junta deveria informar os mesmos da necessidade de validação das faturas, podendo os primeiros ficar a beneficiar com um valor à volta de duzentos euros. Disse ainda que as pessoas deveriam ser aconselhadas a pedir fatura com o número de contribuinte, de forma a serem beneficiadas no seu IRS.-----

-----Alberto Melo respondendo às questões colocadas referiu que quem faz, há muitos anos, o IRS às pessoas que solicitam este serviço na Junta de Freguesia é a funcionária Adelina Parreira. No entanto, neste organismo não se validam as faturas.-----

-----José Élio Ventura tomando novamente da palavra questionou o Presidente da Junta no que concerne ao Plano Diretor Municipal e às suas alterações, considerando que estas são importantes em todas as freguesias, de forma especial, na Ribeirinha. Alberto Melo respondendo refere que têm feito pouco nesta matéria. Salaria, neste ponto, que ajudam as pessoas, que tenham terrenos em zonas agrícolas, de forma individual e apenas quando estas solicitam para que os seus terrenos venham a beneficiar, mais tarde, com a revisão do PDM.-----

-----José Élio Ventura refere que a Junta estará, no que diz respeito ao PDM, a ajudar as pessoas mais atentas podendo, posteriormente, os restantes cidadãos da Ribeirinha, afirmar que nunca ouviram falar nesta matéria. Considera que a Junta não deveria ficar à espera que as pessoas a procurassem e abordassem sobre este assunto, podendo ter um pensamento mais abrangente e estratégico, a fim de ter mais vantagens do ponto de vista da urbanização. Recorda que as Canadas da Parreira e da Boticária foram abertas e nestas foram feitos vários investimentos, nomeadamente no que diz respeito ao abastecimento de água, à eletrificação e pavimentação. Todavia, não são terrenos urbanizáveis e a Junta deveria, na sua opinião, ter isso em conta, tendo em atenção as alterações ao PDM.-----

-----Usando ainda da palavra, José Élio Ventura questionou o Executivo da Junta de Freguesia da Ribeirinha relativamente ao regulamento de apoio às coletividades, tendo sido dito, pelo segundo,



que o mesmo seria apresentado para análise antes de ser aprovado em reunião de Assembleia. José Élio Ventura, nesta intervenção, aproveitou ainda para lembrar que vários elementos do Governo têm vindo à Ribeirinha e seria importante junto destes fazerem-se mais esforços no sentido de fazê-los colaborar com a freguesia. José Élio Ventura lembrou ainda que no manifesto eleitoral do PSD constavam intervenções na Canada do Serriola, Canada da Serreta e do Salgado, bem como a construção de uma zona balnear e a aquisição de um *minibus*. No que concerne a este último considera que não se pode afirmar que não se sabe como adquirir ou em que projeto inserir essa compra. Na sua opinião, são desejáveis novidades, pois não se vêem obras feitas na Ribeirinha e as que se vão fazendo são de pequena envergadura.-----

-----Tomando da palavra, Alberto Melo respondeu que o Executivo da Junta apresentou diversos projetos na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e em várias Secretarias. No entanto, porque o dinheiro é escasso, estes não são aprovados. Realça ainda que tem feito pressão junto de várias entidades e Secretarias, mas em muitas não atendem o telefone e mandam tomar calma. Refere ainda que o que se encontra a ser feito na Ribeirinha é o que é possível mediante a verba recebida, apesar de ter vontade de fazer mais, e de insistir e pressionar junto de quem de direito. Destacou, nesta intervenção, que foi aprovado um projeto da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. -----

-----José Élio Ventura lembra que, aquando das eleições vários Secretários Regionais vieram à Ribeirinha e que possivelmente, na altura, assumiram vários compromissos de investimentos a realizar nesta freguesia. Relembra o PRR e que no âmbito deste o Governo teria setecentos milhões para gastar e que ainda não usou nem setenta milhões. Realça que a Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego lançou um projeto em que todos os estudantes universitários podem candidatar-se ao apoio ao pagamento das propinas. Isto de forma que o Governo consiga gastar o dinheiro até 2026. Reforça, na sua intervenção, a necessidade do Presidente da Junta, fazer exigências junto dos elementos responsáveis das várias Secretarias, por forma a cumprirem em conformidade com aquilo que prometeram aquando da campanha eleitoral na Ribeirinha. -----

-----António Toste, seguidamente, questionou o Presidente da Junta sobre quem foram os elementos da Câmara Municipal Angra do Heroísmo e do Governo Regional que concordaram com as ideias do manifesto eleitoral e que disseram que as mesmas eram exequíveis. Na sua opinião, o manifesto eleitoral é um documento sem nexos e feito à pressa.-----



-----Alberto Melo respondendo à questão colocada ressalva que o manifesto eleitoral foi elaborado com um grupo de diversas pessoas/Secretários que estiveram na Ribeirinha.-----

-----Perante a resposta apresentada, António Toste diz que Alberto Melo não assume que são os elementos do Governo responsáveis pelas promessas feitas no manifesto eleitoral. Dando o exemplo do *minibus* questiona se, aquando da elaboração do manifesto eleitoral, foi pensada como fazer a aquisição do mesmo, onde se conseguiria o dinheiro para o adquirir, para o pagamento ao condutor, bem como para a sua manutenção.-----

-----Alberto Melo respondendo à questão colocada afirma que sabia como conseguir a verba para a aquisição do *minibus*, reservando-se no direito de não o revelar.-----

-----José Élio Ventura interveio dizendo que não percebe porque o Presidente da Junta não quer revelar quem do Governo Regional ou da Câmara Municipal de Angra Heroísmo validou as ideias/propostas do manifesto eleitoral do PSD, acrescentado que as do PS foram validadas junto do candidato à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Menciona ainda que na Ribeirinha existem outros investimentos que são prioritários comparativamente com a construção da zona balnear.-----

-----O Presidente da Junta, por sua vez, reforça que foi dito por responsáveis do Governo, aquando da campanha eleitoral, que a construção da zona balnear era viável na Ribeirinha.-----

-----José Élio Ventura tomando novamente da palavra refere que infelizmente, atualmente o Boavista da Ribeirinha não tem equipa sénior. No entanto, no campo desta equipa foi feito um investimento de cerca de trezentos mil euros, dotando o mesmo de boas condições para treinos e jogos. Todavia, aquando da campanha eleitoral, muitos residentes na Ribeirinha referiram que seria necessário fazer o alargamento do campo em 10 metros em direção ao sul, caso o Boavista ascendesse a um patamar superior enquanto equipa, o que exigia um investimento entre meio milhão a um milhão de euros. Posteriormente, José Élio Ventura pediu uma explicação ao Presidente da Junta sobre os muros em reabilitação na Ladeira Grande, principalmente em termos de custos e financiamento.-----

-----Alberto Melo respondendo afirmou que esta obra é um investimento da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal Angra do Heroísmo, visando a reabilitação de trezentos e quarenta metros lineares de parede na Ladeira Grande e que terá um custo total de oito mil euros. Esta será comparticipada pela Câmara Municipal Angra Heroísmo em quatro mil e quinhentos euros e o restante valor pela Junta de Freguesia.-----

-----José Élio Ventura, sobre este assunto, refere que o facto da Câmara Municipal Angra do



Heroísmo comparticipar a reabilitação destes muros não consta do relatório de atividades, omitindo-se este aspeto que considera importante. Realça a necessidade de, em futuros, relatórios sobre as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia ser referenciada a colaboração da Câmara Municipal Angra do Heroísmo e em que valores. É ainda importante, na sua opinião, quando são concedidos apoios a coletividades da freguesia de referenciar, nos relatórios de atividades, em que valores as instituições são apoiadas.-----

-----Seguidamente, relativamente à nova passadeira no Terreiro das Covas, José Élio Ventura questionou Alberto Melo sobre quem a solicitou, a própria Junta ou se foi uma iniciativa das Obras Públicas. O segundo respondeu que foi um pedido da Junta uma vez que alguns moradores solicitaram a colocação da passadeira, a fim de conseguirem atravessar para a colocação do lixo nos respetivos contentores. A senhora Carla Silva (Delegada das Obras Públicas na Terceira), quando inicialmente contatada, disse não haver necessidade desta passadeira e ainda mais por ser em cima da curva. Entretanto, devido às solicitações dos moradores daquela zona e pela insistência da Junta, acedeu ao pedido. -----

-----António Toste tomando da palavra referiu que o Presidente da Junta não tem um plano estratégico para a Ribeirinha, em termos de alteração ao PDM, e que vai fazendo o possível, consoante aquilo que os cidadãos da Ribeirinha lhe vão pedindo. Informou que os anteriores executivos realizaram um levantamento na freguesia com o acompanhamento de um engenheiro, de modo a perceber, quais as zonas e sítios que poderiam beneficiar com as alterações ao PDM, destacando a Canada da Boticária e da Parreira, entre outras. A primeira, inclusivamente, deveria ser toda urbanizada e a segunda, em parte, de acordo com a informação enviada à Câmara Municipal. No que diz respeito ao relatório das atividades da Junta, António Toste questionou onde se localizava o Miradouro do Rapeiro e quantos colaboradores a Junta tinha neste momento.-----

-----Alberto Melo respondeu que a Junta tinha cinco colaboradores ao abrigo dos Programas Ocupacionais/Programa SEI e uma colaboradora, a senhora Teresa Xavier, ao abrigo dos Programas Ocupacionais/Programa PROSA Qualifica, para além dos dois trabalhadores com contrato por tempo indeterminado. Disse ainda que o Miradouro do Rapeiro situa-se na Canada do Recanto.-----

-----No que concerne aos poços de escoamento de água, António Toste voltou a alertar os elementos do Executivo da necessidade da sua limpeza, bem como de se efetuar cortes de relva, atrás do campo de jogos, no terreno pertencente ao Centro Social e Paroquial.-----

-----No que diz respeito aos poços, Alberto Melo refere que foi efetuada a limpeza apenas de um poço, ficando em falta a limpeza do outro, em virtude de ter sido necessário deslocar os



colaboradores da Junta para outra obra da Junta, ou seja, a colocação de trezentos paus no trilho, com vista à sua fiscalização e, posterior, certificação garantindo, no entanto, que brevemente o segundo poço será limpo.-----

-----António Toste reforça que é necessário limpar o poço e a canada de ligação ao mesmo para permitir o escoamento da água. Posteriormente, questionou o Presidente da Junta no ponto do relatório de atividades que menciona a presença de membros do Executivo no centro histórico de Guimarães e Zona de Couros.-----

-----Alberto Melo esclareceu que foi realizada apenas uma conferência, em Angra do Heroísmo, sobre Guimarães e não efetuada uma visita àquela cidade.-----

-----Logo a seguir, Emiliana Gaspar pediu a palavra relembrando que no manifesto eleitoral, e no ponto do desporto e da saúde, era referido que era pretensão do Executivo enveredar esforços no sentido de se conseguir efetivar o acompanhamento diurno aos idosos na freguesia da Ribeirinha, bem como a aquisição de material ortopédico e a criação de um grupo de apoio ao doente deslocado. -----

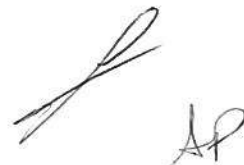
-----O Presidente do Executivo, no que concerne ao material ortopédico, respondeu que está a tentar arranjar camas e outro material ortopédico que possa ser cedido às pessoas com necessidade destas. No que diz respeito ao grupo de apoio ao doente deslocado, Alberto Melo, menciona que existe uma equipa, composta por cinco senhoras, mas que ainda nenhum cidadão solicitou este serviço.-----

-----Emiliana Gaspar salientou, neste ponto, que para as pessoas solicitarem o serviço precisam conhecê-lo, saber em que moldes funciona, havendo a necessidade da sua adequada divulgação, por parte da Junta de Freguesia.-----

-----José Élio Ventura alertou, seguidamente, que muitos cidadãos da freguesia necessitam do apoio diurno ao idoso, tendo constatado isso aquando da campanha eleitoral. Porém, este programa de apoio necessita de ser divulgado para que as pessoas possam ser informadas de como aceder ao mesmo.-----

Ponto Dois - Apreciação e eventual aprovação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento e PPI de 2023.-----

-----O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia que por sua vez solicitou ao Tesoureiro João Leal que fornecesse as informações relativas a este ponto. O Tesoureiro prestou, então, os devidos esclarecimentos com base nos documentos enviados a todos os elementos da Assembleia. Em relação à receita, justificou ter havido necessidade de fazer um



reforço de capital no valor de dez mil euros referente à requalificação do miradouro da Rapeiro, dado que, no corrente ano, será apenas recebido este valor e no próximo ano, então, será recebido o valor de quatro mil novecentos e vinte euros, uma vez que o total do investimento é de catorze mil novecentos e vinte euros. Foi feita a contrapartida na alteração modificativa orçamental da despesa com o mesmo valor e na mesma rubrica. Além deste reforço foi também feita uma alteração com um reforço de receita na rubrica “recolha de resíduos abandonados em espaços públicos, incluindo a orla costeira” mais conhecida pelo programa eco-freguesia, no valor de dois mil seiscentos e trinta e dois euros, com a contrapartida de despesa na rubrica designada de “Tarifa de deposição de resíduos urbanos”.-----

-----Posteriormente, o Presidente da Assembleia colocou à consideração de todos os elementos da Assembleia a possibilidade de intervirem sobre este ponto.-----

-----António Toste iniciou a sua intervenção explicando o porquê do grupo do PS votar contra este ponto. Salientou que entendem não estar correta a forma de agir da Junta, disse ainda achar ser incorreto esta forma de apresentar a demonstração de Execução Orçamental da Receita e da Despesa, principalmente no que diz respeito à inscrição no mapa das alterações modificativas dos valores em rubricas sem que exista um documento de suporte, nomeadamente protocolos ou contratos programa. Alertou ainda que os referidos contratos devem estar devidamente assinados e ratificados em Assembleia de Freguesia. Este questionou ainda o tesoureiro, João Leal, se esta forma de apresentar os mapas é como afirma ser segundo o seu entendimento ou se está baseado no que diz a lei. António Toste aproveitou também para questionar o Presidente da Assembleia, tentando saber se este procurou informar-se sobre o que diz a lei, dizendo achar ser desnecessário o grupo do PS estar sempre a votar contra, porque há diferentes entendimentos da lei.-----

-----O Tesoureiro explicou, dando um exemplo da apresentação de uma candidatura, tendo esta perspetiva de ser exequível, com dados concretos, é sim possível fazer a revisão orçamental sem o protocolo/contrato estar assinado. Disse ainda que este procedimento é feito conforme instruções da empresa de contabilidade que presta consultoria à Junta de Freguesia da Ribeirinha.-----

-----António Toste voltou a referir que votam e votarão sempre contra enquanto não houver um documento de suporte para comprovar aquela revisão. Acrescentou ainda que segundo a Lei 54/A/99 de 28 de fevereiro, ponto 3.3, alínea b, tem de existir um documento ou um *email* para justificar que essa revisão possa ser aprovada. O Tesoureiro referiu que existiu esse *email*. António Toste referiu que a Assembleia não teve acesso ao mesmo e acrescentou, de novo, que de acordo com a lei existente deve haver sempre um documento de suporte a garantir que haja essa revisão.--



-----Continuando a sua intervenção António Toste indagou sobre o valor inscrito na rubrica referente à “requalificação do Miradouro do Rapeiro”, pois na revisão orçamental estão apenas dez mil euros, quando o contrato é de catorze mil novecentos e vinte euros. Acrescentou ainda que o valor de quatro mil novecentos e vinte euros nem aparece no mapa do PPI para o ano de 2024. Pelo exposto, resumidamente, justificou de novo o voto contra do grupo do PS na aprovação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento e PPI de 2023, dizendo que na Revisão Orçamental deveria haver os documentos justificativos e que no Plano Plurianual Investimento deveria estar alocado no ano de 2024 o valor de quatro mil novecentos e vinte euros respeitante à segunda tranche da comparticipação financeira do Contrato-Programa destinado à requalificação do Miradouro do Rapeiro e não o valor de zero euros como está no mapa apresentado.-----

-----António Toste continuou questionando o Presidente da Junta e o Tesoureiro sobre a apresentação de várias rubricas com valores a zero no mapa da Demonstração de Execução Orçamental da Despesa até 31 de julho. Insistiu em pedir justificação, onde a Junta pretende gastar os oitenta e oito mil euros, uma vez que estamos a três meses do final do ano. Conclui dizendo que a Junta tem um saldo grande e uma execução baixa, disse ainda que por muito que se gaste vai sobrar muito dinheiro no fim do ano. Disse ainda que, atualmente, a Junta tem capacidade financeira para dar apoio às instituições da freguesia, fazendo apenas o prometido regulamento de apoio às coletividades em campanha eleitoral, além de que não consegue perceber como ainda este não foi feito, pois já se passaram dois anos de mandato e que este depende apenas da Junta.--

-----João leal elencou que houve uma concentração de despesa em algumas rubricas e que será necessário fazer algumas alterações. Referiu ainda que não irá sobrar muito dinheiro no fim do ano.-----De seguida, o Presidente da Assembleia sujeitou a votação o ponto dois, sendo este aprovado com maioria, com cinco votos a favor do grupo do PSD e quatro votos contra do grupo de PS.-----

Ponto 3 - Ratificação do Acordo de Cooperação celebrado entre a Presidência do Governo Regional e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, celebrado a 18 de julho de 2023.-----

-----O Presidente da Assembleia começou, relativamente a este ponto, por dar a palavra ao Presidente da Junta que referiu que este é um acordo de comparticipação financeira para a execução da obra de conservação da sede da Junta de Freguesia, tendo em vista o normal funcionamento da mesma e com um montante máximo de quatro mil cento e setenta e seis euros.-

-----António Toste refere que este acordo veio para ratificação em junho e que não podemos fazer a revisão de uma coisa que não temos. Por sua vez, José Élio Ventura questiona se já foi feito algum

pagamento, no âmbito deste acordo, quando se inicia a obra e o que se encontra contratualizado.--

-----Alberto Melo tomou da palavra respondendo que o pintor Cesário Garcia daria início à obra no fim do mês de setembro ou no início do mês de outubro. Acrescentou ainda que não foi efetuado nenhum pagamento/transferência por parte do Governo Regional.-----

-----No que concerne a esta questão, José Élio Ventura chamou a atenção para o facto de se estar no fim do ano económico, havendo por isso a possibilidade de demora na receção das verbas.-----

-----Uma vez que não houve mais qualquer intervenção relativamente a este ponto, o Presidente da Assembleia sujeitou esta ratificação a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

Ponto 4 - Ratificação do Contrato-Programa nº 014/2023, celebrado entre a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, celebrado a 7 de julho de 2023.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia começou por ceder a palavra ao Presidente do Executivo, Alberto Melo. Este explicou que este Contrato-Programa é destinado à requalificação do Miradouro do Rapeiro e o valor da comparticipação financeira a atribuir pelo presente contrato é de catorze mil novecentos e vinte euros. Alberto Melo referiu também que a comparticipação será atribuída em duas tranches: uma em 2023 e a outra em 2024. Em 2023 será pago o valor de dez mil euros e em 2024 o de quatro mil novecentos e vinte euros.-----

-----Após esta breve explanação, José Élio Ventura solicitou uma explicação ao executivo do que será feito no Miradouro do Rapeiro. Pretendeu ainda saber se a candidatura foi feita com base num orçamento. Relativamente ao pedido de explicação, Alberto Melo respondeu que será construído um parque de estacionamento, uma varanda grande e que será feita a asfaltagem do mesmo, retirando-se o Miradouro antigo. Relativamente à pergunta efetuada (se a candidatura foi feita com base num orçamento), o Presidente da Junta respondeu afirmativamente.-----

-----Não havendo mais inscrições para a participação neste ponto, o Presidente da Assembleia levou-o a votação resultando em 9 votos a favor sendo, assim, aprovado por unanimidade.-----

Ponto 5 - Ratificação do Acordo de Colaboração entre a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, celebrado a 01 de setembro de 2023.----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia continuou a sessão dando a palavra a Alberto Melo. Este disse que o documento acima mencionado é um acordo de comparticipação financeira e o processamento desta é efetuado numa única prestação com o valor de dois mil euros.-----

-----Seguidamente, José Élio Ventura questionou quais os apoios que a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas concedeu o ano passado, lembrando que foram assinados dois

AP
protocolos e a comparticipação recebida em duas tranches. Lembrou ainda que, no ano transato, o Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas informou as Juntas de Freguesia que o apoio recebido em 2022 não se verificaria nos anos subsequentes. José Élio Ventura pretende, com a sua intervenção, saber ainda qual o entendimento do Presidente da Junta sobre esta matéria, qual a avaliação que faz, como se justifica dar um valor num ano e outro inferior no seguinte. Na sua opinião Alberto Melo, como segundo outorgante, deveria questionar o Secretário relativamente a esta diferença de valores financeiros e reivindicar o que a Ribeirinha tem direito.---

-----O Presidente do Executivo respondeu dizendo que no ano passado, no acordo de colaboração realizado, a Junta recebeu nove mil euros e que foram informados que neste ano teriam uma comparticipação de apenas dois mil euros.-----

-----Logo a seguir, António Toste questionou se o protocolo com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo relativamente às limpezas teve uma maior comparticipação por parte desta em comparação com o ano passado. O Presidente da Junta respondeu afirmativamente, não sabendo com exatidão os valores atribuídos.-----

-----Posto isto, o Presidente da Assembleia levou este ponto a votação, resultando em 9 votos a favor sendo, desta forma, aprovado por unanimidade.-----

-----Após o ponto cinco da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa solicitou à secretária Ângela Pires que procedesse à leitura da minuta das deliberações tomadas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Assim sendo, foi assinada pela Mesa da Assembleia.-----

-----Por fim, o Presidente da Mesa da Assembleia recordou ao Executivo a necessidade de se pedir esclarecimento ao Drº Rui Costa sobre a questão levantada por António Toste, relativamente à necessidade de apresentação de documento suporte para a revisão orçamental. Salientou, ainda, a importância de se dar conhecimento à Assembleia do *email* enviado pelo Executivo a solicitar o esclarecimento, como também a resposta ao solicitado.-----

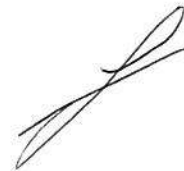
-----Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu aos elementos presentes a forma como a mesma decorreu e deu os trabalhos por encerrados, pelas vinte e uma horas e cinquenta e sete minutos.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia,



(João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima)

A 1ª Secretária da Assembleia de Freguesia,



Ângela de Fátima Pereira Borges Pires
(Ângela de Fátima Pereira Borges Pires)